

SEXUALIDADE

gênero
e sociedade

Ano XIII. nº 27 . dezembro de 2006

SOBRE AFETIVIDADES E CRIANÇAS: NOTAS DE UM ESTUDO COM TRAVESTIS E SUAS FAMÍLIAS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC

Fernanda Cardozo

em perspectiva

No mês passado, foi concedida a adoção para um casal de homens em Catanduva, no interior de São Paulo. O caso teve grande repercussão na mídia, revisitando o debate que se deu na ocasião da morte da cantora Cássia Eller, ainda que a origem das histórias de parentalidade seja distinta. Imagina-se que esta decisão facilitará futuras sentenças favoráveis à adoção por homossexuais em conjunto. Este debate instiga novo olhar

sobre o projeto de lei sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo que, tal como se encontra hoje na forma de seu substitutivo, interdita a adoção.

O texto de Fernanda Cardozo aborda esta temática: ela trabalha com travestis que têm filhos. E esta situação convida mais uma vez ao debate sobre gênero e sexualidade.

Ainda sobre o exercício da sexualidade, a resenha de O aprendizado da sexualidade apresenta uma longa e minuciosa pesquisa realizada em três estados do Brasil, sobre entrada na sexualidade e gravidez na adolescência.

Apresento aqui dados sobre pesquisa a respeito de relações familiares e de parentalidades por travesti¹. As *sujeitas*² que integram esta pesquisa foram indicadas a partir dos contatos com a Associação das Travestis da Grande Florianópolis – a ADEH Nostro Mundo. Foram entrevistadas seis travestis representativas de quatro tipos de agrupamentos familiares – todas pertencentes a camadas populares e, de modo geral, inseridas em uma trama residencial que abarca sua família extensa. Do universo em questão, duas travestis participam e/ou participaram da criação de sobrinhos e sobrinhas, vivendo próximo a eles; uma partilha com seus pais adotivos os cuidados com o filho biológico; uma quarta adotou “à brasileira” (FONSECA, 2002; TARNOVSKI, 2004) o filho de uma conhecida sua; outras duas, por fim, dividem o aluguel de uma casa.

O foco da pesquisa consistiu nas relações e nas terminologias de parentesco, assim como nas relações de cuidado e/ou de filiação entre travestis e crianças. Uma vez que as travestis representam, no Brasil, a corporificação da ambigüidade de gênero (SILVA, 1993), busquei identificar os lugares que as travestis ocupam na trama familiar. Ao passo que a bibliografia brasileira sobre o tema – Silva (1993), Florentino (1998), Oliveira (1994; 1997), Benedetti (2000), Patrício (2002), Pelúcio (2006) – centrou seus estudos na forte presença pública, em ruas e avenidas urbanas, sobretudo no período noturno, minha pesquisa teve outro foco: o de estudar estas sujeitas em seus espaços privados – a casa e a família.

SOBRE AFETIVIDADES E CRIANÇAS:
NOTAS DE UM ESTUDO COM TRAVESTIS
E SUAS FAMÍLIAS NA CIDADE
DE FLORIANÓPOLIS/SC **PÁG. 1**

O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE:
REPRODUÇÃO E TRAJETÓRIAS
SOCIAIS DE JOVENS BRASILEIROS. **PÁG. 7**

neste número

1. Pesquisa realizada com bolsa PIBIC/CNPq que resultou em Trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Miriam Pillar Grossi, no âmbito do projeto “Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade”, de autoria d@s Professor@s Miriam Pillar Grossi, Luiz Mello e Anna Paula Uziel, apoiado pelo CNPq, na categoria “Projeto Universal”.

2. Apesar de saber que sujeito é um termo sem feminino lingüístico, sob a perspectiva da “guerrilha da linguagem” (COULTHARD, 1991) optei por adotar a categoria neológica “sujeitas” durante minhas reflexões e durante o processo de pesquisa.

Entendo que, ao tratar de *travestilidades*³, não estou apenas abordando a tensão entre masculino e feminino que se vê na construção do corpo ou a atividade de prostituição. Esta tensão se estende a outros campos quando se observa o cotidiano das travestis de modo mais amplo e mais conectado ao mundo a que pertence aquel@ que teoriza. Creio, portanto, na necessidade de um “deslizamento da alteridade” (PEIRANO, 1999) nos estudos *sobre* e *com* as travestis no mesmo sentido em que tal processo aconteceu no histórico das investigações antropológicas: do “exótico” para o “familiar” (VELHO, 1981). Assim sendo, defendo que o foco a respeito dessas sujeitas se desloque do exotismo da “ambigüidade de gênero” e da suposta “marginalidade” para outros aspectos caros aos estudos antropológicos contemporâneos, tais como família, conjugalidade, amor, trabalho e projetos. Busquei compreender seu cotidiano em várias instâncias de sua vida social a fim de que as semelhanças existentes entre “elas” (as travestis) e “nós” (não-travestis) se sobreponham aos aspectos que as apreendem numa dimensão distante, do desconhecido.

Conhecendo as sujeitas da pesquisa

Alice e Beatriz⁴

Alice e Beatriz apresentam casos semelhantes: ambas vivem com seus parceiros há mais de dez anos e “*ajudaram a criar*” seus sobrinhos e sobrinhas, os quais recebem e/ou receberam seus cuidados como que em uma soma de adultos a se responsabilizarem por eles.

Tanto em um quanto em outro caso, tal relação de proximidade com os sobrinhos foi e é possível, sobretudo, em virtude dos valores que circulam em relação ao sentimento de família e da organização familiar no espaço territorial em comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina em “segmentos residenciais”, isto é, um sistema de organização residencial familiar definido por Carmen Rial como “um conjunto de diversas casas dentro de um mesmo terreno, habitadas todas por uma família nuclear, ligadas entre si por laços de parentesco” (1988: 139).

Essa configuração espacial permite a circulação de membros da família pelos lares, bem como a interação permanente entre eles, e, desta forma, a possibilidade de um tipo particular de parentalidade exercida por travestis em Santa Catarina.

Eliana e Eduarda

Eduarda e Eliana moram juntas, porém não em conjugalidade. A casa em que vivem, localizada no terreno em que reside Beatriz, pertencia à irmã mais nova desta, a qual vendeu sua casa no terreno a uma travesti amiga de Beatriz, que a alugou às duas que ali vivem atualmente. A situação da venda do terreno e do aluguel da casa cria laços afetivos e de solidariedade que situam Eduarda e Eliana como outros membros da família de Beatriz. Tanto Eduarda quanto Eliana apresentam, em suas biografias, a experiência do processo migratório implicado pela feminilização e pela busca por lugares mais toleráveis à sua identidade de gênero e à sua transformação, tal como pontua Alexandre F. C. Vale (2005) – no caso de Eduarda, esta deixou a família em busca do que sonhava pra si; Eliana, por sua vez, saiu de casa diante da desaprovação dos irmãos.

3. O termo “travestilidades”, tal como usado por Peres (2005), visa, de um lado, a afirmar a positividade das identidades travestis em lugar de “travestismo” no mesmo sentido em que o termo “homossexualidade” veio a substituir a palavra “homossexualismo”, imbuída de caráter patológico. De outro, propõe-se a assegurar a pluralidade de características que permeia o universo das travestis.

4. Todas as sujeitas e sujeitos tiveram seus nomes trocados por nomações fictícias, com o intuito de proteger-lhes a identidade.

Cecília possui um filho biológico, fruto de um relacionamento heterossexual ocorrido quando era bastante jovem e anterior ao processo de devir feminino. Vivendo com seus pais adotivos, é com eles que divide as responsabilidades sobre a criança, tanto no sentido de cuidados quanto no sentido de nomeação de parentesco.

Desconfortável com o título de *pai*, pede ao menino que a considere um *irmão*. Entretanto, mesmo a chamando pelo nome de batismo, diante de situações adversas Carlos – o filho biológico dela – evoca a figura do *pai*, referindo-se a Cecília. Para Carlos, *pai* é, também, o pai adotivo de Cecília. Com pouco contato com a mãe biológica, Carlos chama *mãe* também a mãe adotiva da travesti.

Cecília provê as necessidades econômicas de Carlos. E, embora saliente discursivamente uma dificuldade em aceitar a paternidade, supõe uma concepção naturalizada de amor de pai, a exemplo do amor materno (BADINTER, 1985). Sob tal perspectiva, a não assunção total da identidade social paterna não anularia o amor que o progenitor teria por seu rebento, sangue de seu sangue: “*eu não me acho com aquele amor de pai, eu acho que eu não tenho, mas eu sei que eu tenho, porque, se acontece alguma coisa com ele, ‘Deus me livre’, né?’*”.

Daniela


Oriunda da cidade de Blumenau, Daniela se mudou para Florianópolis a fim de promover sua transformação longe do círculo social de seus pais, preservando-lhes a identidade. Assim como Eduarda e Eliana, Daniela também apresenta um histórico de migração (VALE, 2005), com a diferença de que, se as travestis entrevistadas por Vale (2005) deixavam suas cidades para se refugiarem da violência e da injúria sofridas, Daniela deixou sua cidade para proteger os pais em relação aos estigmas e às reações de seus conterrâneos.

Daniela adotou Diego “à brasileira” (FONSECA, 2002), pois a mãe, profissional do sexo que trabalhava fazendo faxina em sua casa, pretendia doá-lo tão logo o desse à luz. Diego foi acolhido pela travesti, que o registrou como sendo o pai da criança. Logo ao nascer, o garoto apresentou inúmeros problemas de saúde, tendo sido acompanhado zelosamente por Daniela no hospital, o que lhe trouxe “muito respeito” por parte de profissionais de saúde, amigos e familiares.

Daniela trabalhava “na rua” por bastante tempo e manteve a profissão quando abriu seu salão de beleza. Todavia, a adoção do menino implicou o abandono da rua. Neste caso, a criança parece ter inserido Daniela em um “processo de moralização”, o qual foi percebido por Flávio Tarnovski (2004) em sua pesquisa sobre pais homossexuais.

Breves apontamentos a partir do campo

A pesquisa, repleta de dados trazidos pelas sujeitas e aberta às suas vozes, indica algumas problematizações e alguns caminhos para reflexão. A *ambigüidade* de gênero a que vários autores se referem ao tratar da imagem e da construção corporais das travestis se transpõe para o plano das relações sociais, segundo representações e/ou laços de afetividade tecidos ao longo da construção das referidas sujeitas.



O **primeiro** concerne à nomeação e diz respeito à segregação entre universos público e familiar quanto à possibilidade de tratamento no feminino ou no masculino – segregação entrecortada pela idéia de *temporalidade* a respeito de quem as conheceu antes ou depois da assunção da identidade travesti. Ser chamada (ou chamado) por um nome feminino ou masculino depende da intimidade junto às travestis e da socialização anterior ou posterior ao seu processo de transformação, bem como passa pelos questionamentos das crianças em relação às representações com as quais são comumente socializadas. Entre os familiares ou os vizinhos próximos, que as “*conheceram assim*”, há uma permissão implícita à desinência de gênero masculina na medida em que essas referências são usadas “*com respeito*”. Entre os desconhecidos ou os que as conheceram após a assunção da identidade feminina, faz-se politicamente obrigatória a nomeação feminina, visto que o tratamento masculino, neste caso, implica uma forma de violência. De modo geral, é pelos nomes masculinos e pelas terminologias masculinas que elas são denominadas entre os familiares, ainda que haja situações sociais em que, sendo tratadas publicamente por membros da família, estas as chamem pelo feminino, numa negociação implícita e/ou explícita⁵.

O **segundo** aspecto a ser pensado diz respeito a seu lugar privilegiado ao lado das mulheres da família. É do universo feminino que participam – é com as irmãs que elaboram festas, é com as sobrinhas que conversam abertamente. A permissão para que as travestis assumam o cuidado com as crianças parece advir especialmente de sua inserção no universo feminino. É na combinação entre a legitimidade do exercício de funções ditas femininas e as nomeações masculinas que a identidade das travestis é reconhecida no âmbito da família consanguínea.

O **terceiro** tange à percepção das crianças a respeito da ambigüidade do lugar das travestis no interior de suas configurações familiares. São elas que criam embates entre as terminologias que circulam na família e as representações apreendidas na sociedade mais ampla. Dona Betina, mãe de Beatriz, revive o questionamento de sua neta Betiane, de oito anos: “*ô, vô, eu vou te fazer uma pergunta: o tio, ele é mulher ou ele é homem?*”.

O **quarto** ponto refere-se à possibilidade de circulação de papéis e de nomeações nos casos de travestis que têm filhos (biológicos ou adotados): as terminologias com que suas posições são definidas em relação às crianças não são fixas, mas passíveis de renegociações. Dessa forma, algumas das travestis estudadas acabam por ocupar lugares diferentes na estrutura de parentesco. Cecília, embora reconheça sua paternidade biológica e seu lugar legal, biológico e provedor em relação ao menino Carlos, empreende um esforço e uma negociação a fim de que ela seja considerada por ele um *irmão*. Daniela também exemplifica essa mutabilidade nas posições de parentesco: ela chama a Diego *filho*, desempenha o papel **tradicionalmente** assegurado à figura da *mãe*⁶, como foi feito pelo médico e pelas enfermeiras que a defenderam frente ao Conselho Tutelar), registra-se legalmente como *pai* e se nomeia à criança a partir de seu nome feminino ou de um apelido fruto da “quebra” de seu nome – seja seu nome Daniela, o apelido é “Dani”.

Observa-se, pois, que não só o gênero é *performativizado* (BUTLER, 2003), como também a posição na organização e na estrutura de parentesco o é. Ser *mãe*, ser *pai*, ser *irmão*, ser *tia*, ser *tio* são *performatividades* atualizadas pelas sujeitas de minha pesquisa e negociadas contextualmente.

As identidades segundo o gênero e a sexualidade constituem um **quinto** elemento de abordagem. Entre as travestis, a auto-identificação enquanto homossexuais é existente em alguns casos, sob o argumento de que, antes de serem travestis, foram “*gays*” e/ou a partir da concepção da *homossexualidade* como uma categoria abrangente que abarcaria todas as formas “desviantes” (VELHO, 1974)

5. O mesmo foi observado por outro pesquisador de nossa rede de pesquisa, Carlos Alexandre Antonio (2005).

6. Tal aproximação, feita pelo olhar de fora, parte de uma idéia naturalizada da maternidade e de uma conduta por ela prevista (BADINTER, 1985).

de sexualidade. Segundo o movimento, porém, as travestis estão suscetíveis às mesmas classificações que as/os não-travestis – heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Nesse sentido, de acordo com a explicação da presidenta da ADEH, as travestis que se relacionam com mulheres ou com outras travestis são denominadas, conceitualmente, *homossexuais*, podendo ser chamadas, nesses casos, *lésbicas*, ao passo que as que se sentem atraídas por “homens” – aqueles que assumem papel e representação masculinos e geralmente são ativos na relação sexual –, estas são consideradas *heterossexuais*; e, por fim, as travestis que se interessam sexualmente tanto por homens quanto por mulheres e/ou por outras travestis são categorizadas como *bissexuais*. Nota-se que, para a atual discussão do movimento, a homossexualidade e a heterossexualidade não se constituem como categorias relacionadas à clássica diferenciação entre atividade e passividade nem ao sexo biológico, mas ao **gênero**. No caso dos pares *heterossexuais* é que o desempenho do homem como ativo o legitima enquanto *homem*. Desponta, aí, uma diferenciação entre o “gay” e o “homem mesmo”, tal como Peter Fry (1981) identifica as nuances entre “homens” e “bichas” e entre “homens” e “entendidos” em se tratando das relações que envolvem homens que fazem sexo com homens – tomando-se, neste caso, *homem* em seu sentido biológico/anatômico.

Finalmente, importa pontuar que a pesquisa sobre travestis tecida a partir do parentesco conduz a novos questionamentos do ponto de vista teórico, sendo o mais significativo deles a respeito do par *natureza/cultura* acionado para categorizar sexo e gênero e da possibilidade de sua inversão.

Segundo a idéia de que o sexo precederia o gênero, de modo que este seria construído com base na representação daquele, a feminilidade seria atributo apreendido pelas anatomicamente fêmeas – que se *tornariam* mulheres –, e a masculinidade seria apreendida pelos biologicamente machos – *formando-se os homens*.

Alguns autores, como Maria Cecília Patrício (2002), têm defendido que há uma “mobilidade de gênero” entre as travestis. Creio que é preciso problematizar esta posição, pois ela abala todo o movimento de feminilização empreendido pelas travestis na construção de seu corpo e na reelaboração simbólica de suas atitudes. Dizer que não são femininas é negar-lhes um *status* pelo qual elas elaboram esforços diários, o que se figura altamente despolitizante. De outro lado, ao caracterizar as travestis por uma possibilidade de trânsito entre masculino e feminino, tal concepção corre o risco de cristalizar os lugares de gênero, negar a idéia de performatividade e colar identidade de gênero e sexualidade, excluindo *homens* e *mulheres* dessa dinâmica; o trânsito não é exclusividade das travestis. Pensar em trânsito como exclusividade das travestis é naturalizar o gênero e criar uma categoria estanque para abrigar cada um dos personagens da vida social.

A partir de tais problematizações, torna-se viável analisar a fala de uma das sujeitas desta pesquisa, Alice: “*porque, assim, a travesti, pra mim, é como se fosse o terceiro sexo, entendeu?*”. Essa fala abre espaço para reflexões quanto à existência de não apenas dois, mas de mais sexos – segundo o universo simbólico avaliado (HERDT: 1996). Dessa forma, poderia haver, entre as categorias sexo e gênero, uma inversão relativa à precedência de uma em relação à outra. Portanto, sob tal perspectiva, não seria o sexo a determinar o gênero, mas o gênero falaria sobre o sexo. A construção social do sujeito, sua ação a partir de sua subjetividade e o discurso *engendrado ou generificado* que tem sobre si é que poderia construir seu sexo (WITTIG *apud* BUTLER, 2003).

Evidentemente, tais idéias merecem um maior aprofundamento por parte de teóricos com base em discursos de travestis e em observações a respeito de sua localização nas práticas sociais, sobretudo a partir das relações de parentesco. Além disso, essas formulações precisam ser avaliadas com o cuidado de não se incorrer no precário reducionismo cultural, em oposição ao danoso reducionismo biológico. De qualquer forma, aponta-se, aqui, para a possibilidade de se desnaturalizar o sexo, da mesma forma como o gênero tem sido desnaturalizado.

Referências bibliográficas

- ANTONIO, Carlos Alexandre. **Pais Homossexuais?** Texto apresentado nas Jornadas "Parceria Civil, Conjugalidade e Homoparentalidade", em novembro de 2005.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 2 ed.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis.** Dissertação de Mestrado – PPGAS/UFRGS. Porto Alegre: abril de 2000. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ondina Fachel Leal.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COULTHARD, Malcom. **Linguagem e Sexo.** São Paulo: Editora Ática, 1991.
- FLORENTINO, Cristina de Oliveira. "Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...": etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado/PPGAS/UFSC. Florianópolis: 1998. Orientador: Prof. Dr. Hélio R. S. Silva.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Cortez, 2002. 2 ed.
- FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade.** Coleção Antropologia em Primeira Mão – PPGAS/UFSC, 1998.
- HERDT, Gilbert (ed). **Third Sex. Third Gender: beyond dimorphism in Culture and History.** New York: Zone Books, 1996.
- OLIVEIRA, Marcelo José. **O Lugar do Travesti em Desterro.** Dissertação de Mestrado – PPGAS/UFSC. Florianópolis: 1997. Orientador: Prof. Dr. Hélio R. S. Silva.
- _____. **Jogo de Cintura: uma etnografia sobre travestis em Florianópolis.** TCC/Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis: 1994. Orientador: Hélio R. S. Silva.
- PATRÍCIO, Maria Cecília. **Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande.** Dissertação de Mestrado – PPGA/UFPE. Recife: 2002. Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. In: MICELLI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995).** v. 1, ed. Sumaré/ANPOCS/CAPEL.
- PELÚCIO, Larissa. "Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti". In: **Cadernos Pagu.** Campinas: PPGAS/Unicamp, n° 25, 2005 (pp. 217-248).
- PERES, William Siqueira. **Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania.** Tese de Doutorado – PPG/Saúde Coletiva/UERJ. Rio de Janeiro: 2005. Orientador: Dr. Richard Parker.
- RIAL, Carmen Sílvia. **Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição.** Dissertação de Mestrado/UFRGS. Porto Alegre: 1988. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Claudia Fonseca.
- SILVA, Hélio R. S. **Travesti: a invenção do feminino.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE: REPRODUÇÃO E TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE JOVENS BRASILEIROS.*

Jaime Barrientos Delgado,
Ph. D Psicología Social¹

Este libro publicado en Brasil, recientemente, es una obra inspiradora y, probablemente, llegue a constituirse en una referencia obligada para todos/as quienes realizan investigación social en temas de sexualidad, género y juventud en América Latina. Está estructurado en diez capítulos que abordan aspectos teóricos y metodológicos, así como diversas facetas de los hallazgos, concluyendo con una sección que propone “aportes para las políticas públicas”.

Este libro asume el desafío de investigar el tema de la “gravidez en la adolescencia” como una oportunidad para indagar y reflexionar, de manera comprensiva, sobre diversos aspectos de la vida sexual y afectiva de jóvenes brasileños en tres importantes ciudades del norte, centro y sur del país.

Esta obra se sitúa en una perspectiva epistemológica que concibe la sexualidad como una “noción construida” que no admite esencialismos, sobretodo aquellos de tipo biológico. Además, y allí está una de sus principales virtudes, construye el “problema de investigación” (“la gravidez adolescente”), desmitificando las nociones de sentido común existentes sobre el tema, así como aquellas que ha legitimado, por ejemplo, la salud pública, la demografía, la psicología o, incluso, los medios de comunicación social. Los/as autores/as no niegan que la realidad sexual y afectiva existe como tampoco la existencia de la gravidez adolescente, sino que cuestionan que esa realidad exista con independencia de nuestro modo de acceso a la misma, sugiriendo, de paso, que existen mediaciones culturales entre “nosotros” y la “realidad social” y que, por tanto, no podremos saber nunca cómo es esa realidad con independencia de dichas mediaciones, que son culturales e históricamente situadas. Entre estas mediaciones culturales están las diferentes distinciones conceptuales creadas para abordar el tema.

En esa línea, este proyecto de investigación no admite una visión de la ciencia social en la que se pasen por alto las diferentes prácticas sociales y culturales que tienen que ver con la producción del conocimiento relativo a la sexualidad y la juventud, sino que más bien pone el acento en que este conocimiento social es relativo a unas prácticas, a un contexto socio-histórico y cultural y a los intereses de la comunidad de científicos/as en la que es generado. Coherente con esa posición, asume una postura teórica (sección uno) y metodológica (capítulo tres y cuatro) que recoge diversas tradiciones disciplinarias (antropología, sociología, psicología, demografía), que dialoga con el conocimiento producido en otros contextos (USA, Europa, América Latina), pero que produce una nueva manera de comprender la vida sexual y afectiva de los jóvenes y sus transformaciones (capítulos cinco a nueve).

Por tanto, más que un libro que únicamente presenta y expone detalladamente resultados de una pesquisa multicéntrica y propone ideas que podrían servir de insumos para la generación de políticas sociales sobre el tema (capítulo diez), tarea que desempeña de

*. HEILBORN, M.L.; AQUINO, E.M.L.; BOZON, M. E KNAUTH, D. (orgs.) *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2006.

1. Profesor Asociado de la Escuela de Psicología de la Universidad Católica del Norte, Chile.

manera exitosa, es un texto que se inscribe en un proyecto de “política sexual” que asume la compleja tarea de construir el objeto (“gravidez adolescente”) sin descuidar con ello, el carácter eminentemente político del “problema” que estudia y sus múltiples conexiones con el mundo social en que éste es producido. Dicho de otra manera, la literatura existente sobre el tema juvenil y la sexualidad de estos jóvenes evidencia que éstos son muy sensibles a cómo son nombrados y designados particularmente por las figuras de autoridad, rechazando las fuentes que ellos perciben que los tratan como “niños” o que les dicen que “deben hacer o cómo comportarse”. Por ello, esta investigación es una obra que es “profundamente humana” ya que reconoce a la juventud como una alteridad legítima y autónoma, con sus maneras particulares de vivir la sexualidad, de relacionarse socialmente y afectivamente. En este sentido el libro sugiere, implícitamente, que las respuestas a las necesidades de los jóvenes no son una responsabilidad exclusiva del gobierno y la sociedad civil, sino que, también, la ciencia está invitada a construir (y este libro es un ejemplo en esa línea) respuestas que lejos de legitimar un nuevo orden social, generen nuevas propuestas que ayuden a comprender ese orden social y sus múltiples facetas, facilitando el ejercicio de derechos, más que solamente la narración de los deberes, posibilitando con ello la construcción de ciudadanos/as.

En esa línea, el proyecto GRAVAD², mas que acercarse “moralmente o normativamente” al comportamiento sexual y afectivo de los jóvenes brasileiros, pone énfasis en la reflexividad juvenil respecto al tema estudiado, planteando y problematizando las construcciones científicas que respecto a ellos/as se hacen desde las ciencias y las instituciones de responsabilidad política, asumiendo de lleno que la sexualidad, como territorio, es un campo de batalla político.

Por tanto, esta propuesta no participa de una visión despolitizada de la actividad científica en temas como la sexualidad o la juventud, sino que más bien asume el carácter de agente político que adquiere él/la científico/a al producir conocimientos sobre la realidad social (sexual o de género). En este sentido, el equipo de investigadores/as demuestran su compromiso con la realidad social no sólo debido al reconocimiento de la propia naturaleza de su actividad, sino que a la vez no disimulando las desigualdades, las injusticias, las explotaciones y las enormes opresiones sociales existentes en nuestra América Latina.

En otro sentido, entre los hallazgos más destacados están aquellos referidos al inicio sexual (capítulo cinco). En esa línea, y contradiciendo al sentido común y a ciertas versiones legitimadas por los MCS, este fenómeno no acontece más precozmente que antes sino que más bien continúa realizándose en un contexto bastante estructurado e, incluso, a veces rígido. Se observa, asimismo, la aproximación de los calendarios de inicio de hombres y mujeres, tal como acontece en diversos países del mundo, aunque persisten diferencias entre los géneros. Otro resultado sorprendente sobre el inicio sexual, refiere que en los segmentos sociales privilegiados, estas diferencias de género antes mencionadas, también, son observadas contradiciendo nuevamente al sentido común que enfatizaría más bien una noción de “negociación” en el contexto supuesto de una mayor igualdad entre los géneros.

2. “Gravidez en la Adolescencia: estudio multicéntrico sobre jóvenes, sexualidad y reproducción en Brasil”

Estos elementos – y otros – dificultarían, según los autores, la prevención y deben ser analizados de manera situada. En ese sentido, este hallazgo sugiere que cada país deberá encontrar aquellos elementos socioculturales que permitan comprender un fenómeno de este tipo y las consecuencias que éste tiene sobre los sujetos y su vida sexual y afectiva. Otro resultado interesante sugiere que hombres y mujeres establecen vínculos diferentes con la sexualidad lo que se constata, por ejemplo, con los resultados relativos a las normas y actitudes hacia la sexualidad (sección seis). Los/as autores/as cuestionan la idea de una “transformación homogénea de valores sexuales en segmentos privilegiados”, ya que analizando los hallazgos, se confirma que persisten maneras fuertemente “generizadas” de vincularse a la sexualidad. Asimismo, otro ejemplo más de esta persistencia de la desigualdad de género se da en las trayectorias de relacionamiento sexual y afectivo así como en el mercado matrimonial (capítulo siete).

Asimismo, el estudio enfatiza la regulación social de la sexualidad y cómo se requiere considerar para comprenderla, la pertenencia social, los patrones de género y los campos profesionales, educativos y afectivos. En esa línea, por ejemplo, señala que la escolaridad produce un impacto en el comportamiento sexual y reproductivo sobretodo aquel de las mujeres.

Otro hallazgo interesante enfatizado por los/as autores/as sugiere que existen diferentes “grados de vulnerabilidad” y que, por tanto, los así llamados “comportamientos de riesgo” son forjados por relaciones y significados de sexualidad construidos en diferentes niveles sociales y no exclusivamente por los individuos.

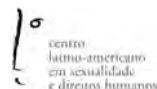
Por último, las implicancias de este estudio y del libro producto de él, son enormes tanto para el diseño como para la ejecución de políticas educativas y sociales (capítulo diez). Por ejemplo, el desafío para la educación es educar no sólo en sexualidad sino que “educar para comprender y gestionar la diferencia”, sea esta sexual, generacional, social, de raza, religión, etc. Por eso, y aquí cito un párrafo del libro para concluir “... la sexualidad es un dominio que exige aprendizaje. Aprendizaje sobre cómo relacionarse sexualmente consigo mismo, con una pareja, con las expectativas sociales sobre los géneros que disponen posiciones y constricciones diferenciadas para mujeres y hombres según el momento del ciclo vital en el que se encuentran. Simultáneamente, entendemos por aprendizaje como un proceso que se da a partir de formas socialmente disponibles para tratar la sexualidad, proporcionando a cada sujeto la interiorización de esa masa de información...” (pp.408).

DIRETOR DO IMS
Ruben Mattos

VICE-DIRETORA DO IMS
Jane Russo

EDITORA
Anna Paula Uziel

PROJETO GRÁFICO
nitadesign :: Anna Amendola



IMS INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

CONSELHO EDITORIAL
Elaine Reis Brandão
Jane Galvão
Jane Russo
Margareth Ariilha
Regina Maria Barbosa

APOIO: Fundação Ford

PROGRAMA
EM GÊNERO
SEXUALIDADE
E SAÚDE

Rua. São Francisco Xavier, 524 - 7º andar - Bl. D
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20550-013
tel. (21) 2568-0599 - fax. 2234-7343
e-mail. sexgen@uerj.br

Esta é uma publicação quadrimestral do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - IMS/UERJ.